

Ministério de Minas e Energia

Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo: Eletrobras à venda

O Estado de São Paulo: Governo propõe a privatização da Eletrobrás

O Estado de São Paulo: Venda deve beneficiar estatal, dizem analistas

O Estado de São Paulo: Disputa põe em risco receita de R\$ 11 bi

Folha de São Paulo: Governo propõe privatização da Eletrobras

Correio Braziliense: Governo diz que vai privatizar Eletrobras

O Valor: Proposta gera ainda mais dúvidas sobre a estatal

O Valor: Prioridade nº 1 entre as prioridades nacionais é cumprir meta fiscal

O Valor: Governo dá uma guinada e decide privatizar Eletrobrás

O Valor: Liminar suspende leilões de hidrelétricas da Cemig

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	3
Título: Eletrobras à venda	3
Título: Pressão da bancada põe em risco leilão de hidrelétricas da Cemig	5
Título: Total vai comprar negócio de petróleo da Maersk por US\$ 7,5 bi	7
Título: Ativo da Petrobras	8
Título: Governo prevê 58 privatizações e estuda ceder Parque Olímpico.....	8
Título: Energia em choque	9
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	11
Título: Governo propõe a privatização da Eletrobrás	11
Título: Venda deve beneficiar estatal, dizem analistas.....	12
Título: Sindicato afirma que vai lutar contra venda.....	14
Título: Disputa põe em risco receita de R\$ 11 bi	15
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	16

Título: TRF derruba decisão de juíza e alta de imposto da gasolina volta a valer	16
Título: Governo propõe privatização da Eletrobras	17
Título: AGU vai recorrer de suspensão de venda de usinas da Cemig	18
VEÍCULO: Correio Braziliense	19
Título: Governo diz que vai privatizar Eletrobras	19
Título: Analista vê desespero fiscal	22
Título: Farra estatal	23
Título: Nota fiscal pelo combustível,	26
VEÍCULO: Valor Econômico	27
Título: Governo pretende flexibilizar limite de energia contratada pelas distribuidoras	27
Título: ANP quer royalties menores para campos maduros	30
Título: Governo dá uma guinada e decide privatizar Eletrobrás	31
Título: Proposta gera ainda mais dúvidas sobre a estatal	33
Título: Destaques	34
Título: Liminar suspende leilões de hidrelétricas da Cemig	35
Título: Receita de privatização não poderá financiar despesas correntes	37
Título: Petrobras planeja fazer novos concursos	37
Título: Prioridade nº 1 entre as prioridades nacionais é cumprir meta fiscal	38

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura, Bruno Rosa e Ramona Ordonez****Título: Eletrobras à venda**

Governo vai privatizar estatal do setor elétrico e espera arrecadar R\$ 20 bilhões

Diante da necessidade de aumentar a arrecadação em meio a uma das maiores crises fiscais da história, o governo federal anunciou ontem que decidiu privatizar a Eletrobras, estatal líder em geração e transmissão de energia elétrica. Em comunicado divulgado no início da noite, o Ministério de Minas e Energia informou que vai propor ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) — responsável pelas privatizações — "a redução da participação da União no capital" da empresa. Já se sabe que o conselho do PPI aceitará a proposta. A inclusão da elétrica no programa deve ser oficializada amanhã. O governo espera arrecadar ao menos R\$ 20 bilhões com a privatização, segundo o **ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Filho**.

A União deve manter direito a veto em decisões estratégicas da companhia, com a chamada golden share, segundo o titular da pasta. O ministro disse ao GLOBO que a decisão de privatizar a Eletrobras vai dar mais "agilidade" à estatal. Ele explicou que a empresa vai fazer uma emissão de ações na Bolsa, que não serão subscritas pelo governo. Dessa forma, com a compra dos papéis pela iniciativa privada, a participação da União na empresa será diluída, e o governo perderá o controle da companhia.

Segundo especialistas, na origem da crise da Eletrobras está a medida provisória (MP) 579, em 2012, aprovada no governo de Dilma Rousseff. A medida forçou a redução das contas de luz, tirou da Eletrobras várias hidrelétricas antigas e passou a remunerar a energia gerada por essas usinas a preços fixos, no chamado regime de cotas. Com isso, a empresa passou a apenas manter e operar estas hidrelétricas. Desde então, a estatal acumula prejuízos de mais de R\$ 30 bilhões. Agora, para viabilizar a privatização, o governo deve publicar outra MP, tirando as usinas desse sistema de remuneração.

— Nesta proposta, não tem venda de ação da União. A gente vai pegar as usinas, retirar da MP 579, para isso precisa da nova lei, para devolvê-las para a Eletrobras. Eles vão pagar pelas usinas com recursos adquiridos com a emissão de ações, que vai ser ofertada ao mercado, e a Eletrobras paga à União. Isso dilui a participação da União, e a União perde o controle da estatal. Não dá para estimar a arrecadação, é muita grana, mas será em torno de R\$ 20 bilhões de arrecadação. Vai ser suficiente para ir ao encontro da necessidade fiscal. É possível concluir o processo em seis meses — disse o ministro.

CHINESES SÃO POTENCIAIS INTERESSADOS

O ministro explicou que a própria Eletrobras vai comprar as usinas, após a publicação da nova MP. Sem recursos no caixa, o dinheiro necessário para essa operação virá de uma oferta de ações da companhia na Bolsa de Valores. — Já aconteceu em vários lugares, como Portugal e Itália. Empresas estatais foram democratizando o capital. No Brasil, temos exemplos de sucesso, como Vale e Embraer — disse o ministro.

Dois casos dentro da Eletrobras devem ficar de fora da privatização: a usina de Itaipu, maior hidrelétrica do Brasil; e as usinas de energia nuclear Angra 1, 2 e 3. No primeiro caso, não haverá a privatização por se tratar de uma empresa binacional, construída e controlada por meio de uma parceria entre Brasil e Paraguai. No outro caso, a Constituição prevê monopólio estatal no controle de usinas nucleares. O ministro garantiu que os trabalhos sociais da Eletrobras continuam e que a privatização da empresa não terá impacto nas contas de luz: — As questões sociais continuam. Com relação a Itaipu, ela está de fora. São dois temas muito sensíveis: Angra e Itaipu. Acho muito difícil aumentar as tarifas. A Eletrobras vai ser muito menos ineficiente.

O ministério lembrou que a empresa está endividada, acumula ineficiências há 15 anos e já impactou a "sociedade em cerca de um quarto de trilhão de reais, concorrendo pelo uso de recursos públicos que poderiam ser investidos em segurança, educação e saúde"! "Não há espaço para elevação de tarifas nem para aumento de encargos setoriais. Não é mais possível transferir os problemas para a população. A saída está em buscar recursos no mercado de capitais" completa a nota.

Em comunicado ao mercado, a estatal informou que foi comunicada pelo ministro de Minas e Energia sobre a decisão de propor "a desestatização da Eletrobras" ao PPI. O texto destaca que a operação depende de autorizações governamentais, avaliação de autorizações legais e regulatórias, entre outros, por se tratar de sociedade de economia mista, com ações listadas nas Bolsas de São Paulo, Nova York e Madri.

A Eletrobras vai manter a venda de seis distribuidoras de energia no Norte e Nordeste. O objetivo é concluir esse processo neste ano.

Segundo especialistas, os chineses são apontados como os principais interessados. De acordo com Nivalde de Castro, coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), do Instituto de Economia da UFRJ, a privatização da Eletrobras visa a arrecadar recursos para o governo: A estratégia até agora era vender as participações da Eletrobras nas empresas, os contratos de geração e de transmissão. Mas, motivado pela crise fiscal, o governo decidiu

arrecadar tudo de uma vez — disse, destacando que a operação reduzirá interferências políticas, com melhorias na gestão.

O professor Luiz Pinguelli Rosa, membro da diretoria da Coppe e ex-presidente da Eletrobras, avalia que haverá interesse privado, sobretudo dos chineses. Porém, alerta que haverá resistência, sobretudo no Nordeste, onde sua atuação tem caráter social: — É difícil a iniciativa privada se interessar pela gestão de uma empresa tão grande como a Eletrobras, que é holding de várias empresas, exceto pelos chineses. Eles têm interesse. A solução, mais uma vez, será o Estado ficar com o prejuízo, e o lucro ir para a iniciativa privada.

A economista e advogada Elena Landau, que comandou o programa de privatizações no governo Fernando Henrique Cardoso, disse que haverá grupos internacionais interessados na Eletrobras, a maior empresa de energia da América Latina: — Finalmente, a palavra privatização deixou de ser problema. A Eletrobras tem dificuldades quase intransponíveis de gestão, mas, tirando as amarras estatais, é uma supergeradora de energia, que atrairá grandes grupos. Ter o controle privado e ficar livre das ingerências políticas é o que importa.

Para o ex-presidente da Eletrobras José Luiz Alqueres, a decisão é positiva, embora ele avalie que seria possível arrecadar mais com a venda em separado de subsidiárias: — O governo demonstrou total incompetência na gestão, com corporativismo e corrupção. Teve todas as chances, mas não funcionou.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura, Martha Beck e Ramona Ordonez

Título: Pressão da bancada põe em risco leilão de hidrelétricas da Cemig

Empresa propõe comprar 3 usinas por R\$ 9,7 bi com recursos do BNDES.

Fragilizado politicamente, o governo cedeu às pressões da bancada de Minas Gerais e abriu negociação com a Cemig em torno de quatro usinas Jaguará, São Simão, Miranda e Volta Grande — que estão com concessões vencidas. O plano da equipe econômica era leiloar esses ativos e arrecadar R\$ 11 bilhões para fechar as contas deste ano. No entanto, a Cemig não quer abrir mão das usinas e solicita o direito de ficar com elas pagando R\$ 9,7 bilhões. O dinheiro para a operação, nos planos da Cemig, viria do BNDES.

Os técnicos dos ministérios da Fazenda e do Planejamento são contra qualquer acordo com a estatal mineira, especialmente numa operação que use recursos do banco. No entanto, o presidente Michel Temer e o núcleo político do governo começaram a ser pressionados por figuras importantes, como o senador Aécio

Neves, que é chave para a permanência do PSDB na base aliada. A empresa quer comprar as usinas de São Simão, Jaguará e Miranda e devolver a de Volta Grande, que poderia ser licitada.

LIMINAR SUSPENDE LEILÃO

O resultado disso foi que o governo pediu para que o Supremo Tribunal Federal (STF) retirasse da pauta de hoje o julgamento de uma ação na qual a Cemig pede a suspensão dos leilões das quatro usinas. Os integrantes da equipe econômica têm alertado o Planalto de que o acordo com a Cemig não se sustenta e que, na prática, o que essa negociação com a estatal gera é insegurança jurídica que pode não apenas adiar os leilões, como reduzir o valor dos ativos. Mas a força de Aécio, que esteve várias vezes no Palácio do Planalto nas últimas semanas para tratar do assunto, enfraqueceu a ala econômica.

Ontem, o Tribunal Regional Federal (TRF) suspendeu o leilão das usinas atendendo à ação popular feita pelo advogado Guilherme da Cunha Andrade. Em seu pedido à Justiça, o autor da ação questiona o valor de venda previsto pelo governo federal de R\$ 11 bilhões, que, segundo ele, estaria bem abaixo do valor real.

Considerando os investimentos feitos pela Cemig ao longo do período das concessões, Andrade argumenta que as usinas teriam um valor de pelo menos R\$ 18 bilhões, ou seja, R\$ 7 bilhões a mais do que o montante previsto pelo governo. Com base nos dados na ação, o desembargador determinou a suspensão do leilão até que o assunto seja esclarecido, para evitar eventuais prejuízos ao patrimônio público.

Guilherme Andrade explicou que não é contrário à privatização das usinas, mas é contra a venda por preço inferior ao valor dos ativos. Segundo ele, os investimentos feitos pela Cemig nas quatro usinas ao longo do período de concessão não foram amortizados, como também não foram amortizados agora ao fim da concessão. Na ação, o advogado questiona que não foram feitas as correções monetárias dos chamados expurgos inflacionários dos planos econômicos nesses ativos ao longo da concessão.

A Advocacia-Geral da União (AGU) já anunciou que vai recorrer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) contra a decisão do TRF. O certame estava marcado para o dia 27 de setembro.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor:****Título: Total vai comprar negócio de petróleo da Maersk por US\$ 7,5 bi**

Valor inclui ações e dívida. Aquisição é a maior feita pela francesa desde 1999

A Total informou ontem que vai comprar o negócio de petróleo da dinamarquesa A.P. Moller-Maersk por um total de US\$ 7,45 bilhões. Desse montante, US\$ 4,95 bilhões serão pagos com ações, e a companhia francesa vai assumir US\$ 2,5 bilhões de dívidas da Maersk. A aquisição é a maior feita pela Total desde 1999 e mais um sinal da aceleração do ritmo das compras no setor de energia, após uma longa queda.

O diretor executivo da Total, Patrick Pouyanné, está seguindo a sinalização dada em julho, de que a companhia pretende fazer aquisições para aumentar a produção, aproveitando o recuo do valor das empresas, do custo da extração e de outros equipamentos durante os três anos de retração da indústria. Os ativos da Maersk vão impulsionar os negócios da Total no Mar do Norte, unindo-se a outras expansões da empresa este ano — em Brasil e Uganda.

ECONOMIA DE US\$ 400 MILHÕES

Segundo Pouyanné, a Maersk considerava se desfazer dos ativos de óleo e gás em uma abertura de capital. — Nós oferecemos a eles outra opção — explicou o executivo da Total em teleconferência com repórteres.

"Gostamos deste acordo", disse, em nota, Jason Kenney, analista do Santander que classificou a transação de "oportuna", com o preço do barril do Brent (referência no mercado) acima de US\$ 52.

A combinação das duas dará à Total cerca de um bilhão de barris de petróleo equivalente, em reservas comprovadas e prováveis, segundo comunicado. Isso aumentará em 160 mil barris de petróleo equivalente por dia a produção do grupo francês no ano que vem, subindo para 200 mil por dia em 2020.

A Total espera gerar sinergias e economizar mais de US\$ 400 milhões anuais. A empresa informou que vai atualizar seu plano de redução de custos em meados de setembro, de acordo com Pouyanné. Estamos comprometidos com a disciplina fiscal — afirmou. — O acordo com a Maersk nos dá uma boa oportunidade de expansão, sendo, ao mesmo tempo, responsável.

A expectativa é que a transação seja concluída no primeiro trimestre de 2018. A compra ainda precisa de aprovação das autoridades reguladoras aplicáveis, incluindo o Ministério de Energia da Dinamarca e órgãos de clima e concorrência, além dos exigidos processos de consulta e notificação com representantes de funcionários da Total, informou a Maersk em comunicado.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Ativo da Petrobras

SUSPENSA VENDA DE 50% DA TERMOBAHIA

A Justiça Federal de Sergipe concedeu liminar suspendendo, em caráter temporário, a venda de 50% da participação acionária da Petrobras na TermoBahia para a petroleira francesa Total. A liminar atendeu a uma ação popular da Frente Nacional dos Petroleiros e do Sindipetro-Seal.

Em dezembro do ano passado, a Petrobras e a Total assinaram acordo de parceria estratégica nas áreas de exploração e produção de petróleo e em distribuição, no valor de US\$ 2,22 bilhões. Entre os principais pontos do acordo está a cessão de 25% da área de lara e 35% da operação do campo de Lapa, no pré-sal da Bacia de Santos, e de 50% da TermoBahia, que inclui as usinas termelétricas de Rômulo de Almeida e Celso Furtado. A parceria com a Total faz parte do programa de venda de ativos da Petrobras. ()

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Bárbara Nascimento / Geralda Doca

Título: Governo prevê 58 privatizações e estuda ceder Parque Olímpico

Lista inclui aeroportos e rodovias e estima R\$ 44 bi em investimentos.

Na tentativa de estimular a economia e obter receitas para ajudar a fechar as contas públicas, o governo anuncia amanhã uma carteira de 58 projetos que serão incorporados ao Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) para serem colocados à venda ou concedidos ao setor privado. São esperados investimentos de pelo menos R\$ 44 bilhões, sendo que metade deste valor deverá entrar nos primeiros cinco anos. Além da privatização da Eletrobras, estão na lista a licitação de 11 blocos de linhas de transmissão de energia, terminais portuários, rodovias, aeroportos, venda ou extinção de outras empresas públicas, como Casa da

Moeda, Companhias Docas do Espírito Santo e do Maranhão, Casemg e CeasaMinas e o início de estudos para a concessão do Parque Olímpico do Rio.

Os detalhes serão divulgados depois da reunião do conselho do PPI, marcada para quarta-feira. Dois dos principais projetos — a privatização da Eletrobras e do aeroporto de Congonhas — foram incluídos na lista recentemente, diante da necessidade do governo em levantar receitas para cumprir a meta fiscal de déficit primário de R\$ 159 bilhões em 2018.

RELICITAÇÃO DE VIRACOPOS

A equipe econômica quer que o vencedor da disputa de Congonhas, cujo lance deve ultrapassar os R\$ 6 bilhões, pague o valor da outorga à vista. Com a privatização da Eletrobras, a expectativa é obter R\$ 20 bilhões. Outra novidade da carteira de projetos é a licitação de 11 lotes de linhas de transmissão em nove estados — um investimento estimado em R\$ 10 bilhões em cinco anos. O leilão está previsto para dezembro de 2018. (...)

Também serão confirmadas as três rodadas de licitação de petróleo e gás, incluindo pré-sal e campos terrestres — um investimento total de R\$ 12 bilhões. Segundo um técnico do governo, a intenção é aproveitar "a janela de oportunidade", com a melhora no cenário internacional, com aumento de liquidez e busca dos investidores por ativos de risco como os brasileiros. Isso combinado à sinalização positiva dos indicadores da economia doméstica.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia / colunas

Autor: Miriam Leitão

Título: Energia em choque

O governo anunciou ontem que vai privatizar a Eletrobras, mas, na área de energia, o que deu choque o dia inteiro foi o conflito com Minas Gerais em torno das usinas da Cemig.

A pressão política é para que elas sejam devolvidas à estatal mineira, e a empresa quer que o dinheiro saia do BNDES. Essa é apenas uma das várias frentes de batalha entre a economia e a política.

A venda de ações da Eletrobras, que pode render R\$ 20 bilhões e vai diluir a participação da União na estatal, vai no caminho oposto ao que se discutiu o dia inteiro em torno da Cemig. O caso foi criado pela MP 579, de Dilma Rousseff, que impôs às geradoras a renovação antecipada das concessões ou o seu fim na data contratual. O estado era governado pelo PSDB e não aceitou a imposição. Agora,

na hora de cumprir o que foi determinado, Minas Gerais é governada pelo PT, partido autor da proposta que agora se contesta. Neste momento, contudo, que a Cemig está para perder as usinas, formou-se uma coalizão em favor da estatal mineira que tem integrantes de diversos partidos. Esse grupo tem pressionado para que não seja feito o leilão que está marcado para o dia 27 de setembro e no qual o governo espera arrecadar R\$ 11 bi. O governo conta com os recursos desse leilão para atingir a meta de R\$ 159 bilhões de déficit este ano.

A bancada mineira propõe que a Cemig pague pela renovação das concessões de quatro hidrelétricas — São Simão, Miranda, Jaguará e Volta Grande — mas a equipe econômica acha que a estatal mineira não tem as garantias suficientes para fazer frente a um valor tão alto. A empresa não consegue apresentar uma proposta estruturada e tem pedido que o BNDES lidere um pool de bancos para emprestar à Cemig.

Existem outras frentes de problemas entre a política e a economia. A Comissão Mista de Orçamento (CMO) se indispôs com o governo após o veto a várias emendas feitas à Proposta de Lei Orçamentária. O ministro Dyogo Oliveira vai hoje à CMO explicar as razões dos vetos, muitos causados pelo fato de as propostas dos parlamentares terem sido sobre atribuições do executivo. O governo tenta também negociar o salvamento da proposta do Refis, oferecendo o adiamento do prazo de adesão e tentando a reformulação da proposta para evitar o relatório que transformou a renegociação de dívida num perdão dos devedores. Há, além disso, as divisões internas que agravam potenciais conflitos, como no caso da MP 777, que muda a taxa de juros de longo prazo, cobrada pelo BNDES.

O governo está fragilizado politicamente e os parlamentares que votaram para derrotar o pedido de investigação sabem que o presidente depende deles, principalmente diante da potencial ameaça de um novo pedido de investigação. A crise fiscal aumenta a dependência do governo de medidas que passam pelo Congresso. A maioria absoluta das propostas precisa da aprovação dos parlamentares. O governo tem que aprovar a nova meta para 2017, enviar o Orçamento de 2018, depende da aprovação de um projeto do Refis que signifique arrecadação e não doação de recursos a devedores, conta com os recursos do leilão das hidrelétricas mineiras para a meta de 2017. Tudo isso gera atrito entre a equipe econômica do governo e os políticos da base partidária.

Esses conflitos em torno de medidas específicas, e projetos que precisam apenas de maioria simples, servirão de testes para se saber se haverá chance de votação da reforma da Previdência. O risco é votar uma reforma desfigurada. Mas agora o perigo mais imediato é que nessas escaramuças na área fiscal seja difícil atingir-se a meta deste ano. Se o governo Temer ceder à bancada mineira no leilão das usinas, que eram da Cemig, a meta correrá perigo de não ser atingida. Além disso,

aumentará a contradição com a decisão anunciada ontem sobre a Eletrobras. Diante de um problema parecido, de perda de ativos da Eletrobras, o governo vai fazer uma oferta primária de ações ao mercado, perdendo o controle da estatal, para que a empresa tenha recursos para pagar ao Tesouro e assim ter de volta as usinas. Não pode fazer o oposto e ajudar a Cemig a manter seus ativos à custa de recursos emprestados por bancos públicos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Eduardo Rodrigues / Beth Moreira

Título: Governo propõe a privatização da Eletrobrás

Ajuste fiscal. Segundo o Ministério de Minas e Energia, estatal, que tem valor de mercado de cerca de R\$ 20 bilhões, passaria para o controle privado, mas a União permaneceria como sócia, mantendo poder de veto nas decisões consideradas estratégicas

Pressionado pela necessidade de reforçar seu caixa com receitas de concessões e privatizações, o governo anunciou ontem que pretende privatizar a Eletrobrás, estatal do setor elétrico que controla empresas como Furnas e Chesf. De acordo com o Ministério de Minas e Energia, a União permanecerá como acionista da companhia e receberá dividendos. Também manterá poder de veto na administração, preservando decisões consideradas estratégicas pelo governo no setor.

"A nova Eletrobrás segue um modelo de êxito adotado em diversos países, como Portugal, França e Itália, que transformaram suas estatais de energia elétrica em grandes corporações que atuam no mundo inteiro e mantêm sua identidade nacional", diz nota divulgada pela pasta. O valor de mercado da Eletrobrás na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) é de cerca de R\$ 20 bilhões e, segundo informou uma fonte do governo à agência Reuters, o valor pertencente à União é de cerca de R\$ 12 bilhões. "Mas, com o controle, vai também poder arrecadar até mais do que isso. Ela pode valer mais", disse.

Segundo o ministério, a decisão de propor a privatização da empresa ocorreu após "profundo diagnóstico" sobre o processo de recuperação da estatal que está em curso. O MME alega que as ineficiências acumuladas nos últimos 15 anos na Eletrobrás tiveram impacto negativo de cerca de R\$ 250 bilhões. Esses recursos públicos, avalia a pasta, poderiam ter sido investidos em outras áreas prioritárias do governo. Apenas de 2012 a 2015, a Eletrobrás somou mais de R\$ 30 bilhões em prejuízo.

A privatização da estatal será analisada pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), que coordena as concessões e privatizações do governo.

O ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência, Moreira Franco, disse ao Estadão/Broadcast que a privatização da Eletrobrás seria um reforço não para o caixa do governo, "mas para a qualidade, produtividade e preços da energia no Brasil". Ele acrescentou não ter avaliado se a operação trará um reforço às receitas primárias do governo.

Gestão. A melhora na gestão foi o centro da argumentação apresentada pelo ministério para a operação. Na nota, a pasta afirma que a medida trará mais competitividade e agilidade à empresa para gerir suas operações, "sem as amarras impostas às estatais". O MME cita como exemplos os processos de privatização da Embraer e da Vale. Essas mesmas justificativas constam de um comunicado enviado pelo **ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Filho**, à Eletrobrás.

A intenção de vender a estatal foi comunicada em fato relevante à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). No documento, a estatal esclarece que a efetivação da operação depende de autorizações governamentais, avaliação das autorizações legais e regulatórias que serão necessárias, avaliação do modelo a ser adotado e observância dos procedimentos específicos, por ser tratar de sociedade de economia mista, de capital aberto, com ações listadas nas bolsas de São Paulo, de Nova York e de Madri.

Até agora, os planos do governo passavam por vender as subsidiárias da Eletrobrás e as distribuidoras de energia controladas pela estatal. Pela proposta, os recursos obtidos com essas operações seriam divididos entre o governo, a estatal e os consumidores, que poderiam ter descontos na conta de luz.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira

Título: Venda deve beneficiar estatal, dizem analistas

Para especialistas do setor, País não precisa mais de uma empresa para ser instrumento de política energética, cujo modelo está consolidado

A informação de que o governo quer privatizar a Eletrobrás, uma das maiores empresas de energia elétrica da América Latina, foi recebida por especialistas do setor como uma boa saída para a estatal, que vem enfrentando graves problemas financeiros e acumula dívidas de R\$ 43,5 bilhões.

Para o professor da UFRJ, Nivalde de Castro, a decisão de dar um novo rumo à Eletrobrás já vinha sendo colocada em prática pelo atual presidente da estatal, Wilson Ferreira Jr, com a venda da participação da empresa em vários projetos e das distribuidoras. Mas seria um processo mais longo. Segundo fontes, a modelagem para vender a participação da Eletrobrás em projetos de energia eólica e transmissão estava sendo feita pelo banco BTG Pactual e deveria ser concluída no fim deste mês. Agora, esse processo deve ser interrompido.

Na avaliação de Castro, o País hoje não tem mais a necessidade de ter uma estatal como a Eletrobrás para ser instrumento de política energética. “Isso porque o modelo do setor está bem consolidado e a expansão pode ser feita apenas com a iniciativa privada.”

O consultor Ricardo Lima, especialista no setor, elogiou a decisão do governo. Na avaliação dele, a redução do peso do Estado, acompanhada de uma melhoria da governança corporativa e da redução do peso político na empresa são ótimas notícias. Mesmo no momento atual, de instabilidade política e crise econômica, a venda pulverizada da empresa pode atrair investidores de peso, como fundos de investimentos internacionais, diz Lima. “Menos Estado é positivo e necessário.”

Na avaliação dos especialistas, tirar o controle da empresa das mãos do governo fará muito bem para os negócios da estatal. Quem ficar no controle poderá vender os ativos sem o excesso de burocracia como ocorre hoje. “A decisão de hoje demonstra emergência por parte do governo, que precisa fazer caixa para reduzir o déficit fiscal”, disse o professor Nivalde de Castro, destacando a qualidade dos ativos da empresa.

Reunião. Ontem à tarde, antes do anúncio, a Eletrobrás realizou uma reunião com investidores e analistas de mercado em São Paulo, mas os representantes da estatal não fizeram qualquer menção ao comunicado, que pouco depois seria arquivado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a respeito da desestatização.

O principal executivo presente era o diretor Financeiro e de Relações com Investidores da estatal, Armando Casado, que deixou o evento às pressas. Um dos funcionários de sua equipe insistiu para a necessidade de irem embora e pediu desculpas aos jornalistas, que tinham iniciado uma entrevista com o executivo. O funcionário acrescentou, na sequência: “Depois vocês vão entender”. / colaborou LUCIANA COLLET

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Vinícius Neder****Título: Sindicato afirma que vai lutar contra venda**

A Associação dos Empregados da Eletrobrás (Aeel) foi pega de surpresa pelo anúncio de que o governo federal pretende privatizar a estatal do setor elétrico, mas já planeja para hoje a “luta contra a venda do patrimônio”, afirmou Emanuel Mendes, diretor da entidade de funcionários. A Eletrobrás informou após o fechamento do mercado que foi comunicada pelo **ministro Fernando Coelho Filho** sobre a intenção do Ministério de Minas e Energia de propor a desestatização da estatal do setor elétrico. “Eles (o governo) querem entregar tudo, mas vai ter resistência”, disse Mendes.

Segundo o diretor da Aeel, a entidade participava recentemente do debate em torno da intenção da Eletrobrás de vender suas participações em diversos ativos, incluindo as cerca de 40 usinas de geração de energia nas quais a estatal possui participação. A posição da Aeel era contrária à venda de usinas. “Éramos contra a venda das usinas porque entendemos que isso seria ruim para a sociedade, pois aumentaria o preço da energia”, afirmou Mendes.

Para o diretor da associação, tanto no caso da venda das participações em usinas quanto no caso de privatização completa da estatal, o momento é ruim para vender. “O povo investiu dinheiro naquilo e agora o governo está leiloando a preço de banana”, disse Mendes. O líder sindical lembrou ainda que a decisão vem num momento em que a diretoria empossada no governo do presidente Michel Temer vinha trabalhando numa reestruturação da estatal. A Eletrobrás fez um programa de demissão voluntária e cortou custos, lembrou Mendes.

Reestruturação. A estatal do setor elétrico tem aberto um Programa de Aposentadoria Extraordinária (PAE), para empregados em condições de se aposentar ou já aposentados pelo INSS. A meta da companhia era adesão de 2.500 servidores, mas atingiu 2.100, o que já foi considerado um sucesso pela diretoria, segundo fontes. A perspectiva é de uma economia de R\$ 900 milhões por ano. Um segundo plano deverá ser aberto até o início do próximo ano, voltado para o pessoal administrativo, com meta de adesão de 2.700 funcionários.

Os estudos feitos pela companhia apontam que cerca de 35% do pessoal da estatal teria idade para se aposentar. O presidente da estatal, Wilson Ferreira Jr, que assumiu o comando há um ano, vinha afirmando que uma das metas do programa de reestruturação era reduzir o número de funcionários pela metade.
/ COLABOROU RENÉE PEREIRA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor:****Título: Disputa põe em risco receita de R\$ 11 bi**

Governo conta com a concessão de usinas da Cemig para fechar contas do ano, mas leilões enfrentam briga judicial e pressão política

A um mês da data reservada na Bolsa de Valores para o leilão de concessão de quatro usinas hidrelétricas da Cemig, a operação se transformou numa batalha nos campos fiscal, político e jurídico. A área econômica do governo conta com a operação para reforçar seu caixa em pelo menos R\$ 11,05 bilhões este ano. Porém, bateu de frente com a bancada mineira, capitaneada pelo senador Aécio Neves (PSDB-MG).

O dia de ontem começou com o governo sofrendo uma derrota nos tribunais. O desembargador Souza Prudente, do Tribunal Regional Federal da 1.a Região (TRF-1), decidiu suspender o leilão das usinas de Jaguará, São Simão, Miranda e Volta Grande. E, após ameaças da bancada mineira de obstruir votações de interesse do governo, terminou com o próprio governo pedindo ao Supremo Tribunal Federal (STF) que retirasse de pauta da Segunda Turma o julgamento de um recurso da Cemig pedindo a suspensão do leilão de uma das usinas, Jaguará.

A ministra-chefe da Advocacia-Geral da União (AGU), Grace Mendonça, menciona no ofício encaminhado ao ministro Dias Toffoli, do STF, a "possibilidade de instauração de procedimento" perante a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal para tratar do assunto. Essa proposta foi apresentada pela estatal mineira na semana passada.

Acordo. O advogado Vitor Alves de Brito, sócio do escritório Sérgio Bermudes, que defende a Cemig, disse que o adiamento sinaliza disposição do governo federal para um acordo com a companhia. Segundo ele explicou, com a câmara de conciliação aberta, as duas partes -União e Cemig - poderão chegar a um entendimento para a prorrogação da concessão das quatro usinas em disputa. "O pedido mostra que o governo tem interesse no acordo."

A estatal busca um empréstimo com o BNDES para pagar os R\$ 11 bilhões, que é o valor previsto pelas usinas de lance no leilão, marcado para 27 de setembro.

A equipe econômica não tem interesse nesse acordo com a União, segundo fontes, porque avalia que a estatal não tem condições financeiras para obter crédito nessa magnitude.

O pedido de adiamento veio após pressões dos parlamentares de Minas. À frente das discussões, o vice-presidente da Câmara dos Deputados e coordenador da bancada mineira, deputado Fábio Ramalho (PMDB-MG), jogou pesado. Ele acusou o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, de "fazer um jogo combinado" com o **ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Filho**.

"O governo está nos ofendendo e não está fazendo aquilo que nos prometeu, que é abrir a mesa de negociação. Os ministros estão correndo de fazer aquilo que o presidente determinou. O que foi acertado com a gente foi uma palavra de honra. Eles estão querendo voltar as costas para a bancada mineira, parece um jogo combinado", disse.

Mais cedo, ao participar de um almoço no Itamaraty em homenagem ao presidente do Paraguai, Horácio Cartes, o presidente Michel Temer disse que o governo estava "trabalhando para a melhor solução".

O senador Aécio Neves (PSDB-MG) afirmou, por meio de nota, que enviará uma proposta de Medida Provisória (MP) ao Ministério do Planejamento para permitir que o BNDES financie a Cemig. "Estamos fazendo um esforço enorme na busca de uma saída que seria a própria Cemig adquirir essas usinas com financiamento do BNDES, que seria pago ao longo do tempo com a própria geração de receitas dessas usinas", afirmou. "Alguns anos atrás, em 2012, a presidente Dilma(Rousseff) editou uma medida provisória que impedia a Cemig de fazer a renovação da concessão dessas usinas, que estava inclusive prevista em contrato, e, a partir daí, estamos vivendo esse imbróglio, estamos vivendo esse conflito", diz o texto do tucano. / Rafael Moraes MOURA, RENAN TRUFFI, ADRIANA FERNANDES, JULIA LINDNER, LU AIKO OTTA E BRENO PIRES

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: TRF derruba decisão de juíza e alta de imposto da gasolina volta a valer

O desembargador federal Hilton Queiroz, do TRF (Tribunal Regional Federal) da 1ª Região, derrubou nesta segunda-feira (21) decisão da 20ª Vara Federal do Distrito Federal que determinou na sexta (18) a suspensão do aumento de tributos dos combustíveis em todo o país.

O reajuste está em vigor desde julho. Naquele mesmo mês, o juiz substituto Renato Borelli, também da 20ª Vara Federal do DF, suspendeu o aumento de tributos. A decisão foi derrubada posteriormente pelo mesmo desembargador. A primeira decisão se deu em uma ação popular ajuizada por Carlos Alexandre Klomfahs. A segunda ação é do deputado federal Aliel Machado (Rede-PR).

"Com efeito, é intuitivo que, no momento ora vivido pelo Brasil, de desequilíbrio orçamentário, quando o governo trabalha com um orçamento negativo,

decisões judiciais, como a que ora se analisa, só servem para agravar as dificuldades da manutenção dos serviços públicos e do funcionamento do aparelho governamental, abrindo brecha para um completo descontrole do país, como um todo", diz Queiroz nesta segunda (21).

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NICOLA PAMPLONA DO RIO JULIO WIZIACK DE BRASÍLIA

Título: Governo propõe privatização da Eletrobras

O MME (Ministério de Minas e Energia) informou nesta segunda (21) que vai propor ao PPI (Programa de Parcerias e Investimentos) a venda de ações da União na Eletrobras, "a exemplo com o que já foi feito com Embraer e Vale". O governo não informou quantas ações pretende vender, limitando-se a falar em "democratização" da empresa na Bolsa.

O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, disse à **Folha** que a ideia é emitir novas ações no mercado de forma que a participação atual do governo na empresa seja diluída. A União ficaria com uma única ação, que garantiria poder de veto em decisões estratégicas ("golden share").

A União detém diretamente 40,99% das ações da empresa. O BNDES, 18,72%, e fundos federais, outros 3,42%.

A expectativa é arrecadar entre R\$ 20 bilhões e R\$ 30 bilhões, que ajudariam a conter o déficit nas contas públicas em 2018. Hoje, o valor de mercado é de R\$ 20 bilhões.

A avaliação é que as ações podem se valorizar com a perspectiva de privatização e com a mudança no sistema de cotas de venda de energia a preços baixos, instituído em 2013, e eliminada pelo novo marco do setor elétrico que será levado ao Congresso.

Após o anúncio do plano, o valor dos papéis da empresa negociados em Nova York chegou a subir 22% no "after market" (negociação após o fechamento do pregão).

O MME argumentou que a venda da fatia da União "trará maior competitividade e agilidade à empresa para gerir suas operações, sem as amarras impostas à estatal".

A decisão, afirmou o ministério, foi adotada após "profundo diagnóstico sobre o processo em curso de recuperação da empresa".

A Eletrobras vem implementando um plano de corte de custos para reduzir o endividamento, que era de R\$ 23,4 bilhões no segundo trimestre.

"Não há espaço para elevação de tarifas. Não é mais possível transferir os problemas para a população. A saída está em buscar recursos no mercado de capitais", defendeu o ministério.

Também em nota, a Eletrobras anunciou a seus investidores que o governo proporá a "desestatização" da empresa, mas esclarece que a operação depende de autorizações governamentais, avaliação de autorizações legais e regulatórias e do modelo.

A EMPRESA

Por meio de seis subsidiárias, a Eletrobras tem um parque gerador de 46,9 mil MW, o equivalente a 32% da capacidade de geração de energia do Brasil, e 70 mil quilômetros de linhas de transmissão (47% da malha nacional).

Participa ainda da usina de Itaipu e de 178 projetos de geração e transmissão em parceria com outras empresas.

O presidente da Associação dos Empregados da Eletrobras, Emanuel Mendes Torres, disse ser contra à venda das ações da União.

"Vamos iniciar amanhã [hoje] um processo de convencimento do Congresso e da sociedade de que isso é ruim para o país."

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: JULIO WIZIACK DE BRASÍLIA

Título: AGU vai recorrer de suspensão de venda de usinas da Cemig

A Advocacia-Geral da União (AGU) deve recorrer ainda nesta segunda-feira (21) da decisão judicial que suspendeu a venda das quatro hidrelétricas da estatal mineira Cemig na sexta (18).

O governo conta com o leilão das usinas de São Simão, Miranda, Jaguará e Volta Grande para fazer caixa e fechar o ano com um déficit de R\$ 159 bilhões.

Em sua decisão, o desembargador do Tribunal Regional Federal (TRF), em Brasília, concedeu liminar em uma ação civil pública que questiona o valor de venda das hidrelétricas.

A previsão do governo é levantar R\$ 11 bilhões e, segundo o advogado que moveu a ação, as usinas não poderiam ser vendidas por menos de R\$ 18 bilhões devido aos investimentos não amortizados pela Cemig.

Enquanto se prepara para entrar com o recurso, a advogada-geral da União, a ministra Grace Mendonça, recebeu, nesta segunda-feira (21), representantes da estatal mineira de Cemig.

Na conversa, eles discutiram a viabilidade de a Cemig ficar com as três usinas. A empresa quer comprar São Simão, Jaguará e Miranda e devolver a de Volta Grande. Pagariam R\$ 9,7 bilhões sendo R\$ 3,5 bilhões com recursos próprios. A diferença de R\$ 6,2 bilhões seria obtida com empréstimos junto a um grupo de bancos liderados pelos BNDES.

A equipe econômica considerou que a empresa está muito endividada e não terá condições de apresentar garantias suficientes para isso. Por isso, continua empenhada na venda das quatro usinas.

Em outra frente, a Cemig questiona no Supremo a retomada das usinas pela União. O caso pode ser julgado nesta terça-feira (22). Nesta ação, a Cemig quer fazer valer os contratos das usinas de São Simão, Miranda e Jaguará. Eles previam que a primeira renovação contratual seria automática.

No entanto, em 2012, a ex-presidente Dilma Rousseff mudou as regras do setor impondo às geradoras descontos de tarifas para a renovação. A Cemig foi uma das concessionárias que não aceitou a renovação sob essas condições. Por isso, a União retomou as usinas e agora pretende leiloá-las para fazer caixa. A Cemig continua operando as usinas por meio de decisões judiciais.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Andressa Paulino Marlla Sabino Renato Souza

Título: Governo diz que vai privatizar Eletrobras

O Ministério de Minas e Energia anunciou ontem que vai propor ao Conselho do Programa de Parcerias e Investimentos (PPI) a privatização da Eletrobras, estatal do setor elétrico que controla empresas como Furnas e Chesf. Para o MME, a medida vai trazer mais competitividade e agilidade para a empresa, sem as imposições previstas para estatais. A venda deve permitir que o governo arrecade de R\$ 20 a 30 bilhões, valor que ajudaria a conter o rombo nas contas públicas.

O governo, no entanto, não informou a quantidade de ações a serem vendidas nem a data da operação. Especialistas acreditam que a União deve realizar uma oferta pública, conservando, porém, o poder de influência na empresa. Isso seria obtido por meio da chamada “golden share” — ação especial que garante poder de veto em decisões estratégicas.

“A nova Eletrobras segue um modelo de êxito adotado em diversos países, como Portugal, França e Itália, que transformaram suas estatais de energia elétrica em grandes corporações que atuam no mundo inteiro e mantêm sua identidade nacional”, afirma nota divulgada pela pasta. De acordo com o Ministério, ineficiências acumuladas pela estatal nos últimos 15 anos tiveram impacto negativo de R\$ 250 bilhões, que poderiam ser investidos em segurança, educação e saúde. Para o MME, “não há mais espaço para aumento de tributos e encargos setoriais” e a saída, agora, é a busca de recursos no mercado de capitais, atraindo novos investidores e novos sócios.

Exemplos

O principal argumento para a privatização da empresa foi a melhoria da gestão. Na nota, o ministério citou exemplos como Embraer e Vale, que foram criadas como estatais e se tornaram casos de sucesso na iniciativa privada. Segundo a

pasta, o governo continuará como acionista, recebendo dividendos ao longo do tempo, e a empresa continuará gerando lucros, beneficiando União, estados e municípios com arrecadação de impostos. O governo federal manterá o poder de veto em certas decisões da companhia, como forma de garantir que ações estratégicas, como o projeto de revitalização do Rio São Francisco, sejam preservadas.

De acordo com o Ministério, a decisão ocorreu após “profundo diagnóstico” sobre a recuperação da estatal. A companhia terminou o segundo trimestre deste ano com uma dívida líquida de R\$ 38,4 bilhões, a quarta maior entre as empresas nacionais de capital aberto, perdendo só para a Petrobras (R\$ 295,3 bilhões), Vale (R\$ 73,2 bilhões) e Oi (R\$ 44,5 bilhões).

A União detém 51% das ações ordinárias — com direito a voto — e 41% do capital total da Eletrobras. Além disso, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o BNDESparg têm juntos, 18,72% do capital total. De acordo com fontes do governo, a União poderá promover um aumento de capital na empresa, do qual não participaria, fazendo com que a participação do governo na empresa caia.

A expectativa é de que as ações da Eletrobras se valorizem com a perspectiva de privatização. Após o anúncio do MME, os papéis da empresa negociados em Nova York subiram 21% nas negociações realizadas após o fechamento do pregão.

Resistência

A decisão, no entanto, não agradou a todos. A Associação dos Empregados da Eletrobras (Aeel), anunciou que a proposta não foi previamente informada aos funcionários, que pretendem se opor à privatização. De acordo com Emanuel Mendes, diretor da entidade, a “luta contra a venda de patrimônio” começará ainda hoje. Segundo Mendes, a associação participou de debates relacionados à venda de ativos da estatal, mas a posição da entidade sempre foi contrária. “Éramos contra a venda de usinas porque entendemos que isso seria ruim para a sociedade, pois aumentaria o preço da energia”, afirmou. Para o diretor, o momento para a venda é ruim, tanto no caso das participações em usinas quanto na privatização total da estatal.

A Eletrobras já vinha dando vários passos para uma reorganização interna. A estatal abriu o Programa de Aposentadoria Extraordinária (PAE) para funcionários em condições de se aposentar ou já aposentados pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Estudos feitos pela companhia apontaram que cerca de 35% dos empregados teriam idade para passar à inatividade.

A meta do programa é que a reestruturação reduza pela metade o quadro de

funcionários, de 23 mil, em 2016, para 12 mil empregados. Atualmente, a estatal possui cerca de 17 mil funcionários. Um segundo plano poderá ser aberto até 2018, voltado para as carreiras administrativas, com meta de adesão de 2.700 empregados.

***Estagiária sob supervisão de Odail Figueiredo**

Leilão de hidrelétricas suspenso

O desembargador Antônio de Souza Prudente, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1, suspendeu o leilão de quatro hidrelétricas da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), que estão com as concessões vencidas. Com as vendas, marcadas para 22 de setembro, o governo federal espera arrecadar R\$ 11 bilhões para conseguir cumprir o ajuste fiscal deste ano. A Advocacia-Geral da União (AGU) vai recorrer da decisão. A liminar atendeu ação popular do advogado Guilherme da Cunha Andrade, segundo a qual as usinas de Jaguara, São Simão, Miranda e Volta Grande valeriam, de fato, R\$ R\$ 18 bilhões. A Cemig entende que o contrato de concessão das usinas daria direito à renovação automática por mais 20 anos.

Raio X

Valor de mercado R\$ 19,5 bilhões

Funcionários 24.539

Receita líquida R\$ 60,7 bilhões em 2016

Dívida total R\$ 38,4 bilhões a quarta maior entre as empresas brasileiras de capital aberto

Expectativa de arrecadação com a venda de ações R\$ 20 bilhões

» A União tem 51% das ações ordinárias e 41% do capital total da empresa

» BNDES e BNDESPAR têm 18,72% do capital

» A empresa tem 70.201km de linhas de transmissão, 47 % da rede existente no país

» A estatal administra ainda 233 usinas entre hidrelétricas, eólicas,

termoelétricas e termonucleares, com potencial para gerar 46.856MW, o equivalente a 31% da capacidade instalada no país

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Andressa Paulino Marlla Sabino Renato Souza

Título: Analista vê %u201Cdesespero fiscal%u201D

O governo sinalizou a pretensão de privatizar a Eletrobras com a justificativa de buscar melhorias na gestão da estatal, mas, na visão de especialistas, a manobra é uma tentativa da União de reduzir o rombo dos cofres públicos. Para o economista e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Renê Garcia, ex-diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), é uma tentativa de contornar o “desespero fiscal” para fechar as contas. “A Eletrobras é uma holding, ainda não é possível avaliar qual o valor de todas as empresas que a compõem, para podermos estimar qual seria o valor das ações”, explicou. “Ainda não sabemos nem como será o modelo da negociação”, acrescentou.

Apesar de não querer analisar o futuro da estatal, Garcia afirmou que o governo poderia ter cortado as despesas discricionárias e não ter autorizado reajustes aos servidores, no ano passado, para controlar o orçamento. “Pelo contrário, deram aumentos generosos, adiaram a queda dos juros. Agora estamos em uma trajetória em que a dívida pública vai explodir e a economia continua estagnada”, analisou.

A ex- presidente do Conselho de Administração da Eletrobras, Elena Landau, por outro lado, acredita que a medida da União é positiva para o país. “É uma decisão corajosa. Vai fazer bem para a empresa e para o país”, avaliou a economista e advogada que ficou conhecida na década de 1990 como “a musa das privatizações”, ao comandar o Programa de Desestatização no BNDES.

O economista César Bergo concordou que a medida pode trazer bons resultados para a estatal, frente ao sucateamento da empresa, que, nos últimos anos, sofreu uma derrocada em seu valor de mercado por conta de uma série de problemas. “Essa era a única alternativa após o que foi feito com a Eletrobras, decorrente dos problemas de gestão e das perdas por conta da corrupção. O mercado vai se interessar pelos bons ativos, em especial os chineses. Essa área de energia é estratégica para o futuro”, afirmou.

As mudanças na gestão da empresa não devem refletir no preço da energia elétrica aos consumidores. Bergo ressaltou que nos últimos anos houve uma descentralização no envolvimento da estatal com o setor de eletricidade, o que ameniza qualquer reação que resulte no aumento de tarifas. “Há alguns anos, a

Eletrobras cuidava de diversos processos na produção de energia, desde a geração até a distribuição. Mas foram criados outros grupos. O percentual de distribuição de energia que está nas mãos da empresa não é muito significativo, mas influencia o setor”, explicou. (MS)

Memória

Imagem deteriorada

As investigações da Operação Lava-Jato, da Polícia Federal, atingiram em cheio a Eletrobras. A companhia foi citada pela primeira vez na 16ª fase da maior operação de combate à corrupção da história brasileira. Os investigadores descobriram um esquema de fraude na Eletronuclear, uma subsidiária de geração de energia da estatal. De acordo com a PF, empreiteiras desviaram dinheiro de contratos firmados para a construção da usina nuclear de Angra 3.

O então presidente da Eletronuclear, almirante Othon da Silva, foi indiciado e condenado em 1ª instância sob a acusação de receber R\$ 4,5 milhões em propina, por meio de contratos de empreiteiras com a estatal, entre 2009 e 2013.

As investigações contra a Eletrobras atingiram diretamente 15 empresas estatais que integram o grupo de atividades desenvolvidos pela companhia. Uma das subsidiárias da estatal sob investigação é a SPE Norte Energia, que constrói a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará. O Ministério Público considerou “expressivo” o aumento no valor das obras de Belo Monte, que passaram de R\$ 19 bilhões, calculados inicialmente, para R\$ 33 bilhões, com 60% do projeto concluído.

Por conta de enxurrada de acusações, a Eletrobras firmou contrato no ano passado, e renovou este ano, com o escritório de advocacia norte-americano Hogan Lovells. Os profissionais trabalham na investigação interna das acusações feitas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público. A intenção é antecipar medidas para amenizar os impactos negativos das denúncias na organização.

Os processos envolvendo a empresa de energia seguem correndo na Justiça Federal do Rio de Janeiro. Em comunicado ao mercado dos Estados Unidos, a companhia reconheceu perdas de R\$ 302,5 milhões por conta do esquema de corrupção investigado pela Lava-Jato. (RS)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Vicente Nunes

Título: Farra estatal

Correio Econômico

A proposta do governo de privatizar a Eletrobras vem com décadas de atraso. Se o controle da companhia já estivesse com a iniciativa privada, certamente os serviços prestados à população seriam muito melhores. Basta ver o que ocorreu com o sistema de telefonia e com a mineradora Vale, vendidos nos anos 1990. Não só progrediram como permitiram ao país agregar riquezas. O setor de telecomunicações está entre os mais modernos do mundo e a Vale é referência na produção de minério a baixo custo. Se tivessem continuado sob o manto estatal, estariam consumindo dinheiro público sem retorno à sociedade.

Em tempos de tanta escassez de recursos — o rombo nas contas públicas deste ano será de R\$ 159 bilhões —, é inaceitável que o governo mantenha um número tão grande de estatais, a maior parte delas, deficitária. Sem caixa e com dívidas superiores a R\$ 38 bilhões, a Eletrobras não tem capacidade hoje para tocar projetos vitais para a geração e a transmissão de energia. Pior: parte significativa dos projetos que está tocando, como Angra 3 e Belo Monte, tem a marca da corrupção. São obras superfaturadas e de baixa qualidade, que se arrastam por anos e só atendem os interesses de grupos políticos que a tomaram de assalto.

Ao longo de todos os governos, a Eletrobras se transformou em um grande cabide de emprego comandado, sobretudo, pela ala do PMDB de José Sarney. Mesmo nas administrações petistas, esse grupo continuou dando as cartas na empresa. Não por acaso, suas ações são negociadas em bolsa de valores com grande desconto. Os investidores sabem que, antes de atender à população, vêm os interesses políticos. Os controles de suas subsidiárias, como Furnas, são moedas de troca importantíssimas, principalmente em momentos de fragilidade como o enfrentado atualmente pelo presidente Michel Temer.

Como zumbis

O uso político de estatais passa, inclusive, pelo controle da inflação. Isso ficou claro durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff. Para criar um fato positivo na sua caminhada pela reeleição, a então presidente usou a Eletrobras e baixou, por decreto, as tarifas de energia. A medida provocou uma distorção tão grande no sistema, que a fatura ainda será paga por mais alguns anos. Como a redução da conta de luz era insustentável, o Tesouro Nacional foi obrigado a subsidiar o consumo. A partir dali, as contas públicas começaram a entrar em colapso.

Quando as estripulias de Dilma chegaram ao limite, já no segundo mandato — interrompido pelo impeachment —, o então ministro da Fazenda, Joaquim Levy, repassou a fatura para os consumidores. As tarifas de energia praticamente triplicaram, levando a inflação a fechar 2015 em quase 11%. A correção dos

valores cobrados pela Eletrobras veio junto com a liberação dos preços dos combustíveis pela Petrobras. Ficou claro, ali, que não havia almoço grátis. Que, em algum momento, o uso político das empresas controladas pelo Tesouro Nacional seria repartido com todo o país.

A privatização da Eletrobras, com certeza, trará ganhos importantes para a economia. A eficiência maior na geração e na distribuição de energia tende a evitar os apagões, que só se reduziram por causa da recessão. Se o consumo estivesse em expansão, certamente a empresa não daria conta de atendê-lo. Os empregados da estatal, certamente, vão fazer barulho contra a venda do controle acionário para a iniciativa privada. As reações contrárias fazem parte do show. Se nos anos 1990 o governo tivesse se intimidado com a onda de fúria dos trabalhadores, com certeza, muitas das empresas privatizadas estariam hoje como zumbis, consumindo bilhões em impostos e favorecendo apenas grupos políticos e corporações.

Megalomania

O movimento de privatização iniciado pelo governo não pode ficar restrito à Eletrobras. É preciso também estancar, o mais rapidamente possível, a sangria dos Correios. A estatal, que já foi exemplo de eficiência, só acumula prejuízos. Desde 2015, foram mais de R\$ 5 bilhões em perdas. A estatal foi entregue ao PT nas gestões de Lula e de Dilma e, agora, está loteada pelo PSD. A corrupção se estendeu ao fundo de pensão de seus empregados, o Postalís, que só não quebrou porque os carteiros estão tendo que cobrir os rombos por meio de contribuições extras para garantir a esperada aposentadoria.

Não é só. Pelos cálculos do Ministério do Planejamento, um grupo de apenas 18 estatais consumirá, em 2017, R\$ 18,4 bilhões do Tesouro, como mostrou a repórter Rosana Hessel, na edição de ontem do Correio. Com raras exceções, como a Embrapa, são empresas que quase nada agregam ao país. Um dos casos mais gritantes do desperdício de recursos públicos é a Empresa de Planejamento e Logística (EPL), um cabidão de emprego criado por Dilma para tocar o megalomaniaco projeto do trem-bala ligando o Rio de Janeiro a São Paulo. Entre 2016 e 2017, os custos da EPL aumentarão quase 13 vezes, para R\$ 99,3 milhões. Isso sem produzir nada.

No total, informa o Planejamento, o governo federal detém 151 estatais. Mesmo com todos os programas de demissões e de aposentadorias voluntárias que estão em andamento, o número de funcionários continua aumentando, consumindo, em média, R\$ 647,8 milhões por mês. Não há país que resista com tamanho inchaço. O Estado não nasceu para ser empresário. Quando se mete a controlar empresas, sempre é domado pela corrupção. A Petrobras, como mostrou a Operação Lava-Jato, é o caso mais eloquente.

Governo tem que ser regulador e se preocupar com o que realmente interessa para a população: saúde, educação e segurança. Nessas três áreas, por sinal, está devendo muito. Já os poucos privilegiados pelos esquemas repugnantes das estatais usufruem de benesses inaceitáveis. Essa farra tem que acabar.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção:

Autor: ARI CUNHA

Título: Nota fiscal pelo combustível,

por favor

“Nós afirmamos que a magnificência do mundo enriqueceu-se de uma beleza nova: a beleza da velocidade. Um automóvel de corrida com seu cofre enfeitado com tubos grossos, semelhantes a serpentes de hálito explosivo... um automóvel rugidor, que corre sobre a metralha, é mais bonito que a Vitória de Samotrácia.” Manifesto Futurista, de Felippo Tommaso Marinetti, em 1909

Construída numa época em que o automóvel era o símbolo máximo do advento e da afirmação da modernidade, Brasília marcou a concretização da ideia de uma arquitetura apta a acolher o carro como elemento essencial de transporte. Para tanto, amplos espaços físicos foram exclusivamente reservados para o deslocamento rápido de pessoas.

A nova capital, dizia-se naqueles tempos, era formada de cabeça, tronco e rodas. A velocidade era uma das características perseguidas nos anos de grande nervosismo. O carro era, pois, um dos elementos dessa nova arquitetura. Nesse sentido, as grandes distâncias e os longos deslocamentos, não só não seriam empecilhos para a concepção da cidade moderna, mas se transformariam em sua marca maior, dando o tom ao desenho das ruas, avenidas e eixos.

Mais de meio século depois, o que parecia ser um gesto de grande ousadia frente ao novo acabou canalizado para uma espécie de gargalo. Com o número de carros se aproximando perigosamente do número de habitantes, a velocidade declinou e a cidade se locomove a passos lentos dos engarrafamentos constantes.

Durante todo esse tempo em que a velocidade ditou o ritmo da urbe, os cartéis de combustíveis amealharam enormes fortunas e, graças ao poder desse dinheiro desonesto, compraram o silêncio de uns e a imobilidade de outras autoridades. Aqui se lê, também, desonestidade pelo descumprimento da lei ao

negar ou exigir cadastro de quem pede nota fiscal. Certo seria se ela viesse como em todo comércio. No ato da compra, nota fiscal emitida imediatamente, e não cupom fiscal, como tentam ludibriar o consumidor.

Para garantir essa reserva de mercado, em que o dinheiro entrava fácil, os cartéis trataram de financiar as campanhas eleitorais de candidatos de vários partidos, para assegurar trânsito livre para suas pretensões. Blindados pelo poder do dinheiro, esses cartéis não arredaram pé de suas atividades criminosas, não temendo autoridade ou lei alguma, mesmo quando os órgãos da justiça já tinham em mãos material suficientemente comprobatórios dessas práticas criminosas.

O GDF sempre fez cara de paisagem para este assunto, que, diretamente, recolhia impostos escorchantes dessas atividades. Quanto mais os preços aumentavam, mais cresciam as tributações e os dois lados saiam ganhando sempre. Em meio a essa briga combinada, estavam, e ainda estão, os milhões de consumidores acossados entre a necessidade de abastecer o carro e se sujeitar a encararem o transporte público sucateados, e também dominado por outros cartéis. Postos entre as máfias dos combustíveis e as máfias dos transportes, os cidadãos ainda lutam desamparados para se livrar de ambas as pragas, mesmo sabendo que o GDF não está ao seu lado e, ainda por cima, torce por sua capitulação.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Governo pretende flexibilizar limite de energia contratada pelas distribuidoras

O governo vai flexibilizar o limite de contratação de energia pelas distribuidoras, atualmente de 100%. A ideia, em estudo pela equipe energética, é estipular um patamar mínimo obrigatório na faixa entre 80% e 90%, no âmbito da medida provisória da reforma do setor que deverá ser publicada em setembro.

Segundo o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Luiz Augusto Barroso, a flexibilização não será implementada de imediato, e sim após alguns anos. O percentual ainda não está definido. O montante descoberto de contratação permitirá às distribuidoras comprar energia no mercado spot, a preços mais próximos à realidade do mercado no momento.

"As distribuidoras vão continuar declarando demanda e fazendo leilão. O que aliviamos foi a obrigação de estarem 100% contratadas. Vai ter uma obrigação de contratação pela distribuidora, que não será de 100%. Mas pode ser de 80%, 90%", disse Barroso ao **Valor**.

"O que estamos discutindo é um futuro que vai levar um par de anos para ser implementado. Não é para amanhã ou depois de amanhã", disse o presidente da EPE. A adoção de cada medida prevista na MP, segundo ele, será feita gradualmente e com conhecimento do mercado.

No marco regulatório atual, as distribuidoras devem informar à EPE a necessidade de demanda para cinco anos. A declaração de cada distribuidora baliza a oferta que é contratada nos leilões de energia nova. Por lei, as distribuidoras são obrigadas a estar 100% contratadas. Em caso de subcontratação, a empresa pode ser punida.

A proposta de flexibilização do limite de contratação das distribuidoras não implica risco físico de falta de entrega de energia para elas e seus consumidores. A medida tem efeito apenas na gestão comercial dos contratos de energia.

Essa diferença é a chamada tecnicamente separação entre lastro e energia. O lastro é a confiabilidade da geração das usinas, que será negociada em leilões como os atuais. O lastro será contratado de forma centralizada e o custo será repassado a todos os consumidores.

Já o contrato comercial será negociado bilateralmente e livremente, mas as distribuidoras deverão ter um limite mínimo de contratação, para reduzir o risco de exposição do consumidor à variação do preço de energia.

Pouco mais de um ano à frente da EPE, estatal responsável pelos estudos que norteiam as decisões do governo nas áreas de energia e petróleo, Barroso participou de mais de 70 reuniões com executivos do setor, integrantes do governo, representantes de bancos, universidades e consultorias para discutir a proposta de reforma do setor elétrico. O período de consulta pública terminou na semana passada.

Terceira grande mudança estrutural no mercado de energia em menos de 15 anos, a reforma tem, no curto prazo, o objetivo de desarmar a bomba regulatória criada pela Medida Provisória 579, de 2012, e destravar o mercado de curto prazo, resolvendo o problema do déficit de geração hídrica, responsável por uma inadimplência hoje superior a R\$ 2 bilhões.

No longo prazo, a intenção é tirar as amarras criadas pelo então Novo Modelo do Setor Elétrico, em vigor entre 2003 e 2004. Implementado na ressaca do racionamento de energia, ocorrido nos anos anteriores, era baseado em segurança do abastecimento e financiamento de empreendimentos de longo prazo.

A saída encontrada na época foi a definição de contratos de 30 anos de duração, firmados pelo empreendedor dono da usina, que seria construída com um

"pool" de distribuidoras, possibilitando assim retorno ao investidor e garantias para o financiamento do longo prazo. O problema é que o preço da energia do projeto ficou amarrado em contratos por 30 anos, deslocando-se do preço real do mercado de energia.

"O preço e o sinal econômico são fundamentais para induzir decisões eficientes. Nossa obsessão é que o sinal de preço seja o sinal correto, para o bem ou para o mal", disse Barroso. "Estamos fazendo dois movimentos com a reforma: corrigir muitos dos sinais econômicos e modernizar o ambiente de mercado para o futuro."

Um dos principais autores da minuta da reforma, Barroso ressalta a parceria do corpo técnico da EPE com o do Ministério de Minas e Energia e diz que o texto final da medida provisória deve ser compacto e trazer as linhas gerais do novo marco. O detalhamento do arcabouço legal será feito depois, por grupos de trabalho nos próximos seis meses.

Sobre a reforma, destaca três grandes vetores de mudança no setor. O primeiro é o avanço tecnológico, seja na geração, a partir de um ingresso maior de fontes renováveis de produção variada (eólicas, solares e outras), seja no ponto final da cadeia, com a microgeração (que também tem uma forte participação de energia solar).

O segundo são as restrições socioambientais, "o que vai mudar bastante a forma como vamos ver o futuro do mix energético brasileiro". E o terceiro é a capacidade do consumidor participar de suas próprias decisões no ambiente comercial. "O consumidor vai cada vez mais querer se parte do negócio."

Em meio às inúmeras questões discutidas no âmbito da reforma, um ponto é claro para Barroso: o país não voltará ao modelo de negócios do passado, marcado pela gestão de risco centralizada e o crédito subsidiado.

Na geração, o objetivo do governo federal é retirar os subsídios e precificar corretamente os benefícios e desvantagens de cada uma das fontes de energia, considerando também a sua localização geográfica.

"Não escolhemos vencedores, nem protegemos perdedores", disse o presidente da EPE. No "varejo", uma das principais propostas é implementar tarifas diferenciadas por horário e por localidade, para dar o sinal econômico correto ao consumidor.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: André Ramalho | Do Rio****Título: ANP quer royalties menores para campos maduros**

A Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) pretende publicar em até seis meses uma resolução que permitirá a redução das alíquotas de royalties para campos maduros que passem por investimentos em revitalização, disse ontem o diretor-geral do órgão regulador, Décio Oddone.

A ideia, segundo ele, é que a produção adicional gerada por projetos de recuperação de campos em declínio passe a se sujeitar ao pagamento de alíquotas de até 5%. Hoje, esses campos pagam 10% de royalties.

O diretor da ANP argumentou que a medida deve trazer efeitos imediatos sobre a recuperação desses ativos maduros. O aumento potencial de investimentos, segundo ele, pode compensar a redução das alíquotas e gerar até um aumento das receitas das unidades federativas.

"O fator de recuperação [o quanto se extrai de petróleo da reserva] médio no país hoje é de 21%, na Bacia de Campos é 24%. Quando se compara com Reino Unido, Noruega, esse fator é de 50% a 70%. Cada 1% de aumento do fator de recuperação das reservas brasileiras de petróleo vai demandar US\$ 18 bilhões de investimentos, gerar US\$ 11 bilhões de royalties e 2,2 bilhões de barris de reservas. É muita coisa", disse Oddone.

O diretor-geral da ANP explicou que o incentivo tem que ser justificado e que as companhias terão que apresentar planos para aumento da produção. Ainda de acordo com o diretor, a redução de royalties para campos maduros pode estimular novos investimentos pelas petroleiras. Segundo ele, o plano de investimentos da Petrobras para a Bacia de Campos, de US\$ 10 bilhões, até 2021, pode ser ainda maior.

"Se a ANP entrar com essa resolução, podemos trazer mais investimentos. E esse investimento é rápido", afirmou. "Quando se fala em contratação de bens e serviços para campos maduros, o nível de conteúdo local é muito maior."

Oddone disse, ainda, que a ANP prevê publicar entre outubro e novembro a resolução com as novas regras do conteúdo local, que permite retroagir os novos percentuais de nacionalização para contratos existentes, assinados entre 2007 e 2013.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito, Daniel Rittner, Rafael Rosas e Camila Maia | De São Paulo, Brasília e Rio****Título: Governo dá uma guinada e decide privatizar Eletrobrás**

O governo mudou radicalmente seus planos com relação à Eletrobras e decidiu privatizar a maior companhia de energia elétrica da América Latina. **O ministério de Minas e Energia (MME)** vai propor ao conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) a redução da participação da União na estatal, "com sua consequente democratização" na bolsa de valores, seguindo o exemplo do que foi feito no passado com a Embraer e a Vale.

A ideia, de acordo com o ministério, é recuperar a Eletrobras e permitir à empresa implementar os requisitos de governança corporativa exigidos no Novo Mercado. O **Valor** apurou, contudo, que a proposta foi costurada pela pasta junto com o ministério da Fazenda e foi lançada após o agravamento da previsão de déficit fiscal do governo, para R\$ 159 milhões em 2017 e 2018.

Segundo uma fonte com conhecimento do assunto, a ideia é realizar uma operação de aumento de capital, no qual seria diluído o controle da União na empresa, que passaria a ser de controle pulverizado.

Os recursos da operação seriam utilizados pela Eletrobras para adquirir novamente as usinas que operam sob o regime de cotas, desde a Medida Provisória 579. A ideia é que o valor do aumento de capital seja na proporção do montante necessário para realizar o pagamento por estas usinas, podendo alcançar a cifra de R\$ 20 bilhões.

Por essa fórmula, o dinheiro gerado pelo aumento de capital entra na Eletrobras, mas é repassado ao Tesouro, provocando um efeito positivo nas contas públicas.

O pesquisador do Insper, Sérgio Lazzarini, não vê razões estratégicas ou impedimentos éticos que inviabilizassem a intenção de privatizar a Eletrobras. Para ele, vender a estatal para a gestão privada seria uma alternativa ao modelo de negócios atual, em que a empresa assumiu "muitos projetos pouco lucrativos de forma pouco transparente", analisa.

Em nota, o MME informou: "A decisão foi adotada após profundo diagnóstico sobre o processo em curso de recuperação da empresa. Apesar de todo o esforço que vem sendo desenvolvido pela atual gestão, as dívidas e ônus do

passado se avolumaram e exigem uma mudança de rota para não comprometer o futuro da empresa".

Segundo o ministério, os problemas da Eletrobras decorrem de "ineficiências acumuladas nos últimos 15 anos, que impactaram a sociedade em cerca de um quarto de trilhão de reais [R\$ 250 bilhões]". "Não há espaço para elevação de tarifas nem para aumento de encargos setoriais. Não é mais possível transferir os problemas para a população. A saída está em buscar recursos no mercado de capitais atraindo novos investidores e novos sócios", completou.

A proposta prevê que a União permaneça como acionista e mantenha poder de veto na administração da companhia, para garantir a preservação de decisões estratégicas, como projetos de revitalização do rio São Francisco. A ideia do governo é adotar modelo semelhante ao aplicado em países como Portugal, França e Itália, que transformaram suas estatais elétricas (EDP, EDF e Enel, respectivamente) em grandes corporações com atuação internacional e que mantêm sua identidade nacional.

Em fato relevante, a Eletrobras informou que a efetivação da operação depende de autorizações governamentais, avaliação das autorizações legais e regulatórias que serão necessárias, avaliação do modelo a ser adotado e observância dos procedimentos específicos, por ser tratar de sociedade de economia mista, de capital aberto, com ações listadas na B3, em Nova York (Nyse) e em Madri (Latibex).

O ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Moreira Franco, afirmou que a venda do controle acionário da Eletrobras não requer o envio de um projeto de lei ao Congresso e pode ser feita em sem trâmite legislativo. "Não precisa disso. É como a privatização da Embraer".

Ele não quis fazer projeções sobre o valor que poderá ser arrecadado e nem quando a operação ocorrerá. Ele enfatizou que a preparação do negócio requeria cuidado e discrição por tratar-se de empresa com papéis negociados na B3 e na Bolsa de Nova York.

O plano deve ser "operacionalizado" em 2018, disse o secretário executivo do MME, Paulo Pedrosa. "Para esse ano, não há condição. Isso é para o ano que vem", afirmou. "A estratégia envolve atender uma demanda de curto prazo para ajudar a fechar a contas, mas não pode ser vista como uma intervenção para cumprir um objetivo puramente fiscal", disse Pedrosa.

O presidente da Amec, Mauro da Cunha, declarou que a proposta do MME "é uma notícia para se comemorar e mais uma sinalização de que o mercado de capitais é o caminho para as empresas".

O **Valor** apurou que o plano de privatização da Eletrobras começou a ser discutido nas últimas duas semanas. O assunto foi conduzido por equipes restritas dos ministérios da Fazenda e de Minas e Energia. Ferreira Jr., presidente da estatal, e o diretor financeiro e de Relações com Investidores, Armando Casado, passaram o dia ontem em Brasília. À tarde, Casado participou de reunião com investidores em São Paulo, mas o encontro terminou antes da divulgação do fato relevante do plano. **(Colaboraram Ligia Guimarães, Paula Selmi e Rafael Bitencourt)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | De São Paulo

Título: Proposta gera ainda mais dúvidas sobre a estatal

A proposta de desestatização da Eletrobras, que será apresentada pelo **Ministério de Minas e Energia (MME)** ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e que foi divulgada ontem pelo ministério, não pegou apenas o mercado de surpresa. Alguns integrantes da equipe de energia do governo, por exemplo, souberam da medida há apenas alguns dias, e não tiveram oportunidade de debater ou questionar a decisão.

O tema começou a ser discutido nas últimas duas semanas. A orientação veio depois de reunião entre o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, e o presidente Michel Temer. Em seguida, o assunto foi discutido em algumas reuniões por um grupo restrito das pastas da Fazenda e de Minas e Energia (MME), incluindo o secretário-executivo, Paulo Pedrosa.

Outros secretários da pasta e demais integrantes da equipe energética do governo foram informados na última semana de que os rumos do plano de recuperação da Eletrobras seriam alterados. O presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Jr., e o diretor financeiro e de Relações com Investidores da estatal, Armando Casado, passaram o dia em Brasília. À tarde Wilson cancelou sua ida à reunião da Apimec em São Paulo.

No encontro com investidores, Casado informou apenas que foram realizadas reuniões normais em Brasília e que Wilson havia ficado na capital porque amanhã tinha previsto reunião do conselho de administração da Eletronorte.

Por mais nobre que seja o motivo do governo ao propor a desestatização da Eletrobras - o governo alega que fará uma operação nos moldes do que foi feito com a Vale e a Embraer e com a intenção de tornar a companhia um modelo bem sucedido como a portuguesa EDP e a francesa EDF - a proposta mostra

uma guinada muito intensa e mudança muito forte em relação ao plano que vinha sendo conduzido pela gestão de Wilson Ferreira Jr.

A empresa estava sendo bem sucedida em sua tentativa de mostrar ao mercado o plano de ação traçado para recuperar a empresa, por meio de privatização de distribuidoras e venda de participações em sociedades de propósito específico (SPEs). Agora, surgem muitas dúvidas se a empresa de fato manterá em curso seu plano de venda de ativos.

A notícia de ontem causa impacto em outra frente. É difícil saber se o plano de desotização e posterior venda de 14 gigawatts (GW) de hidrelétricas da Eletrobras, previsto na minuta de reforma do setor elétrico, seguirá em frente com a proposta do governo de desestatizar a Eletrobras. Afinal, a estatal com as usinas é uma empresa e sem elas é outra completamente diferente.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

IPO da Neoenergia

Após concluir a incorporação da Elektro, nesta semana, os acionistas da Neoenergia pretendem, a seguir, fechar a contratação de um sindicato de bancos de investimentos que vai cuidar da oferta pública inicial de ações (IPO) da distribuidora de energia, informou ontem o **Valor PRO**, serviço de informação em tempo real do **Valor**. A previsão, disse uma fonte, é ter isso já definido até o fim da semana. Vão ser contratadas várias instituições - sendo um banco líder, dois ou três co-líderes e outros cinco participantes. A nova empresa combinada - Neoenergia-Elektro -, com receita bruta anual agregada da ordem de R\$ 30 bilhões, passa a ser controlada por Iberdrola (52,5%), o fundo de pensão Previ (38,2%) e o Banco do Brasil, com 9,3%). A previsão é que o IPO da nova Neoenergia movimente ao menos R\$ 4 bilhões, vendendo uma fatia próxima de 15% do capital. A estimativa inicial é que a empresa chegue à bolsa com valor de mercado entre R\$ 30 bilhões e R\$ 35 bilhões. Com a incorporação da Elektro concluída, ressaltou a fonte, a prioridade dos acionistas é a oferta pública de ações na B3.

Produção de alumínio

Os dados de produção global de alumínio primário mostram que o ritmo começou a diminuir em julho, principalmente na China, afirma a consultoria Capital Economics em relatório. A larga oferta ao redor do mundo, porém, pode

demorar a ser equalizada pela demanda por causa dos altos estoques, acrescenta o texto. De acordo com o Instituto Internacional do Alumínio, no mês passado foram produzidas 5 milhões de toneladas do metal globalmente, 1% a mais do que no mesmo período do ano passado, mas queda de 3,4% frente a junho. Foi o menor volume mensal observado desde fevereiro. Além disso, a média diária, de 161,6 mil toneladas, não era tão baixa desde julho de 2016.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt e Bruno Peres | De Brasília

Título: Liminar suspende leilões de hidrelétricas da Cemig

A Justiça Federal concedeu ontem uma liminar que suspende o leilão das quatro hidrelétricas da Cemig que tiveram a concessão retomada pelo governo federal ao término do prazo contratual. No início deste mês a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) havia aprovado o edital de relicitação das usinas Jaguara, São Simão, Miranda, e Volta Grande. O leilão foi marcado para 27 de setembro.

A decisão partiu do desembargador federal Souza Prudente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), em documento datado de 18 de agosto. O magistrado analisou argumentos diferentes das ações judiciais movidas, até agora, pela estatal mineira. Em vez de se ater ao suposto direito à renovação automática da concessão, por mais 20 anos, o TRF1 acolheu argumento de que teria havido um erro na avaliação das usinas, seja para fins de cálculo da indenização em favor da Cemig ou para definição do bônus de outorga a ser cobrado no leilão das empresas vencedoras.

A ação popular foi movida pelo advogado Guilherme Andrade. A decisão indica a possibilidade de considerar o valor das hidrelétricas registrado pela Cemig em balanço e atualizado pelo critério de "expurgos inflacionários". Dessa forma, o cálculo dos ativos resultaria no montante de R\$ 18 bilhões das quatro usinas.

De um lado, o governo está propondo uma indenização para a Cemig que não chega a R\$ 2 bilhões, baseada no quantitativo de bens não amortizados no prazo da concessão. Por outro, o edital de licitação das usinas cobra R\$ 11 bilhões em bônus de outorga.

Segundo a decisão judicial, a diferença entre o real valor patrimonial dos ativos e a outorga cobrada poderia resultar na entrega das hidrelétricas às novas concessionárias por R\$ 7 bilhões "a menos". O advogado Cláudio Pinho, autor da ação popular, disse que a decisão do governo oferece risco de lesar o

patrimônio público, seja em desfavor da estatal mineira ou possibilidade de perda de receita pela União.

A área econômica do governo conta com o leilão das usinas para reforçar o caixa de arrecadação federal nesse ano. "Se o governo aplicasse a legislação de expurgos inflacionários, teria uma dificuldade menor para bater a meta fiscal sem precisar vender as usinas, recebendo R\$ 18 bilhões da Cemig", disse Pinho.

O Superior Tribunal Federal (STF) deve julgar hoje a ação cautelar sobre o caso movida pela companhia. Uma posição favorável da Corte é considerada crucial pelo governo para garantir segurança jurídica necessária que irá atrair investidores para a disputa. Ontem, a Advocacia Geral da União (AGU) requereu a suspensão do julgamento diante da possibilidade de instauração de procedimento de conciliação entre as partes.

O leilão oferecerá a concessão das usinas com o prazo de 30 anos. Boa parte da energia (70%) será destinada ao mercado regulado, das distribuidoras, e o restante estará disponível para comercialização no mercado livre, formado por grandes consumidores.

Nos bastidores, o senador Aécio Neves (MG) tem trabalhado para barrar a licitação das quatro hidrelétricas. Depois de se reunir na última sexta-feira com o presidente Michel Temer, Aécio esteve ontem com o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira.

O senador mineiro defende a ideia de editar uma medida provisória que permita ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiar a Cemig, "que pagaria ao banco com os recursos da própria geração e não perderia, portanto, este ativo extremamente relevante", afirmou.

Assumindo postura conciliadora, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), disse ontem que o governo busca uma "solução que atenda a todos". "A gente entende a prioridade, a questão relevante que é colocada por Minas Gerais, mas a gente tem que entender também a necessidade de arrecadação e de equilíbrio de caixa do governo", disse o senador.

Procurada, a AGU informou ontem que irá recorrer da decisão do TRF1. A Aneel informou que "foi notificada e busca reverter decisão judicial que suspende o leilão de usinas da Cemig". **(Colaboraram Vandson Lima, de Brasília, e Marcos de Moura e Souza, de Belo Horizonte)**

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Ribamar Oliveira | De Brasília****Título: Receita de privatização não poderá financiar despesas correntes**

A receita que será obtida com a venda das ações da União na Eletrobras não poderá ser utilizada pelo governo para cobrir despesas correntes primárias. O artigo 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) proíbe o uso de recursos de privatização no financiamento dessas despesas.

A LRF abre, no entanto, uma exceção. Ela permite que os recursos da venda de estatais sejam destinados, desde que devidamente autorizada por lei, ao Regime Geral de Previdência Social ou ao regime previdenciário dos servidores públicos.

Dependendo do modelo de privatização a ser adotado, os recursos obtidos com a venda de estatais devem ser utilizados para investimentos, inversões financeiras ou amortização da dívida pública.

Questionados, os ministérios da Fazenda e do Planejamento informaram ontem ao **Valor** que a eventual receita a ser obtida com uma venda da participação da União na Eletrobras não foi considerada pelo governo nas contas das novas metas fiscais para 2017 ou para 2018.

Na semana passada, a equipe econômica revisou para cima as metas fiscais do governo, definindo que a nova meta para o resultado primário a ser perseguido pelo governo central (Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social) neste ano é igual, em termos nominais, ao resultado alcançado em 2016, um déficit de R\$ 159 bilhões. Este mesmo valor foi estipulado para 2018.

(Colaborou Ligia Guimarães, de São Paulo)

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: André Ramalho | Do Rio****Título: Petrobras planeja fazer novos concursos**

Depois de cortar cerca de 17 mil funcionários desde 2014, por meio de programas de incentivo ao desligamento voluntários (PIDVs), a Petrobras pretende voltar a promover concursos públicos regulares para contratação de pessoal. Segundo o diretor de assuntos corporativos da companhia, Hugo Repsold Junior, a intenção é fazer processos seletivos anualmente.

O executivo destacou que a empresa não prevê realizar novos PIDVs. A Petrobras encerrou o primeiro semestre com 63 mil funcionários em seu quadro de pessoal, incluindo as subsidiárias - o que representa uma redução de 18% frente a igual período do ano passado.

Na semana passada, a Petrobras lançou edital de um processo para 954 vagas. Repsold afirmou que a realização de novos concursos será uma "rotina".

"Passamos por um processo de ajuste para adequar a força de trabalho aos desafios que ela [Petrobras] tem pela frente. A empresa agora volta ao normal, vamos fazer vários processos seletivos públicos", disse. "Esperamos fazer isso [concursos] todos os anos, regularmente", completou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: ValorInveste

Autor:

Título: Prioridade nº 1 entre as prioridades nacionais é cumprir meta fiscal

O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, surpreendeu ontem no início da noite por ao menos três motivos: avisar a Eletrobras, por carta, que a empresa poderá ser privatizada; antecipar dessa forma ao mercado a intenção do controlador da companhia listada na B3, em Nova York (Nyse) e em Madri (Latibex) sem detalhes sobre a oferta; anunciar a possível privatização sem antes propor a venda da holding do setor elétrico ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. É isso o que sugere a informação prestada pela Eletrobras em fato relevante assinado pelo ministro de Minas e Energia divulgado na segunda-feira.

O comportamento das ações da estatal nas bolsas de valores e a avaliação da Eletrobras por agências de rating não parecem ser objeto de preocupação do titular das Minas e Energia. Os American Depositary Receipt (ADR) ordinários da estatal fecharam em alta de 1,6% em Nova York, cotados a US\$ 4,51. No after Market da bolsa norte-americana, os ADRs chegaram a valorizar 20%, sendo cotados a US\$ 5,34.

Na carta enviada à Eletrobras, o ministro Coelho Filho afirma que a decisão considera, entre outros fatores, a necessidade de permitir que a administração pública federal "concentre seus esforços nas atividades em que a presença do Estado seja fundamental para a consecução das prioridades nacionais".

O ministro listou várias "prioridades nacionais" entre elas a necessidade de ampliar as oportunidades de investimento, emprego e renda no país e de estimular o desenvolvimento tecnológico e industrial nacional; a necessidade de

assegurar a oferta de energia elétrica de forma eficiente e ao menor preço e de viabilizar o fluxo de investimentos no setor elétrico; a necessidade de aperfeiçoar a governança da Eletrobras, de valorizar o patrimônio da União e de desenvolver o mercado de capitais.

É tudo verdade, mas a prioridade nº1 do governo é levantar recursos para cumprir a meta fiscal. Se a de 2017 parece resolvida, a meta de déficit primário de R\$ 159 bilhões em 2018 ainda não. O valor de mercado da Eletrobras é R\$ 20 bilhões. O governo espera obter R\$ 30 bilhões com a operação que deverá ser detalhada pelo Ministério de Minas e Energia, às 10h, em entrevista coletiva.

Fernando Torres, do **Valor**, informa que a preços de ontem na bolsa, a participação de fundos do governo e também via BNDES, a União tem 63,2% do capital total da Eletrobras. A preços de ontem na bolsa, essa parcela vale cerca de R\$ 12 bilhões.

No pregão da segunda-feira, as ações ordinárias da Eletrobras fecharam cotadas a R\$ 14,20, com alta de 3,35%. Os papéis preferenciais subiram 2,65%, a R\$ 17,83.

Depois de uma forte alta no ano passado, as ações da Eletrobras acumulam queda acentuada neste ano. As ON recuam 37,7% desde dezembro de 2016, e as PN registram desvalorização de 26,5%.

MME / ASCOM .